

5 Considerações finais

Reações exageradas são comuns diante de momentos de grande impasse, como este vivido pelo jornalismo. A falta de previsibilidade em relação a um horizonte estável, pelo menos no médio prazo, normalmente, redundam em prognósticos catastróficos e paralisia por desespero, por um lado, ou relutância em reconhecer as mudanças vindouras e crença cega numa saída mágica, num outro extremo. Conseqüentemente, esses comportamentos comuns entre os analistas debruçados sobre objetos em momentos de impasse acabam levando a conclusões pouco factíveis, seja por serem peremptórias demais, seja por não apontarem alternativas.

O caso do jornalismo brasileiro requer alguns cuidados pontuais. Que o impasse está instaurado, com contornos de crise estrutural, parece não restar dúvidas. A observação das redações e a fala dos jornalistas aqui entrevistados apontam para isso. Dados não faltam (SANT'ANNA, 2008). No entanto, parecem faltar análises capazes de levar em conta, de forma mais ampla, as particularidades do mercado brasileiro. Nas análises norte-americanas (DOWDIE, JR. & SCHUDSON, 2009; ALTERMAN, 2008; MEYER, 2007), a correlação entre este momento de impasse e danos à credibilidade do jornalismo delineia-se mais claramente.

No Brasil, essa correlação não está clara. Além desse ponto, outras particularidades podem ser ressaltadas, como a demanda relativamente pequena pelos meios de comunicação informativos, a prevalência do jornalismo televisivo como o mais acessado pelo conjunto da população, a verticalidade dos grupos empresariais – que atuam em diversos meios –, bem como a formação social marcada pelo autoritarismo e, numa mirada ao futuro, o próprio potencial de crescimento econômico, desenvolvimento social e consolidação do Estado democrático de direito no país.

Por isso, a reflexão sobre as práticas do jornalismo brasileiro na atualidade mantém sua relevância. A situação de impasse não carece de importância, mas,

além de dever ser analisada diante das particularidades acima, pode ser superada por uma prática crítica e pela crítica à prática do jornalismo, principalmente se acreditamos que a imprensa manterá suas características fundamentais, baseadas sobretudo na “ideologia da transparência pública” (SODRÉ, 2009).

Como vimos nesta pesquisa, existem parâmetros mínimos consolidados para a prática jornalística. Contudo, essa consolidação parece ser desigual. Temas tidos como menos nobres – é o caso dos assuntos relacionados à “questão social” como um todo, aí incluída a exclusão social de crianças e adolescentes – acabam merecendo menos rigor. Essas temáticas deveriam ser prioritárias, se não por outros motivos, pelo menos por uma questão de justiça social. O fato de temas relacionados às gritantes desigualdades do país serem tratados com certo desdém pelas redações pode ser sintoma da ausência da consciência social como traço importante entre as características da comunidade jornalística brasileira.

Poderíamos concluir, portanto, que a cultura jornalística brasileira não consolida internamente noções como justiça social e Estado democrático de direito. Na linha do professor Evandro Ouriques (2009), seriam os jornalistas brasileiros, na média, antidemocratas? Os elementos aqui reunidos são insuficientes para responder a esse pergunta, mas permitem algumas constatações: (1) o tema da exclusão social de crianças e adolescentes recebe tratamento prioritário apenas em coberturas eventuais; (2) essa temática é menos prioritária na imprensa em geral; e (3) essa falta de prioridade, na média, redundando em menos qualidade, expressa na não observância dos parâmetros técnicos aqui definidos.

Conforme explicitado na proposição de tratar a objetividade como método, defendemos uma “prática crítica do jornalismo”. Crítica, aqui, tem um sentido de olhar criticamente para a própria prática profissional, problematizando seu *status quo* e questionando seus pressupostos. No caso do jornalismo, essa crítica parte do reconhecimento de que a realidade é socialmente construída e está em disputa, e de que os discursos engendram relações de poder e saber, resumidas na ideia de “relações de força” (GINZBURG, 2002). A imprensa é um espaço central para a circulação dos discursos sobre o mundo real-histórico e, portanto, campo privilegiado nessa disputa pela construção da realidade.

O “jornalismo crítico” deve, dessa forma, reconhecer essas relações de força e ser capaz de identificar suas disputas internas. Isso significa levar em conta a posição social das fontes de informação, lembrando que os discursos – sejam

entrevistas, documentos ou estudos – são inerentemente parciais, no sentido de oferecerem apenas uma parte da “verdade” sobre o mundo real. Isso, contudo, não significa renunciar à busca da verdade. O “jornalismo crítico” atém-se às características fundamentais da imprensa, inspirado na “ideologia da transparência pública” (SODRÉ, 2009).

Ao mesmo tempo e por outro lado, ele problematiza a verdade, ao tratá-la como “verdade provável”, construída no nexo entre poder e saber. Em linhas gerais, a prática crítica escova o jornalismo a contrapelo, seguindo sugestão de Ginzburg (2002) a partir de Walter Benjamin. Assim, o conceito de valor-notícia – que aqui serve de arcabouço teórico para entendermos o funcionamento da cultura jornalística – serviria também como instrumental para que os profissionais determinados a assumir uma postura crítica em relação a suas práticas trabalhem para mudá-las.

No entanto, é preciso ressaltar, como já visto, o quanto essa prática crítica depende da opção individual do jornalista. Trata-se de um posicionamento político perante sua prática profissional. As dificuldades de a imprensa manter parâmetros mínimos – já dados, vale lembrar – na execução técnica de seu trabalho sobre temática tão essencial para o Brasil contemporâneo sugerem que a maioria dos jornalistas está longe de adotar tal posicionamento. Porém, mesmo que a prática radical de um “jornalismo crítico” encontre barreiras no âmbito da grande imprensa, a reflexão é fundamental, pois urge melhorar o padrão da mídia brasileira. Isso se faz imperativo se quisermos aprofundar o protagonismo da imprensa, no âmbito da comunicação social, na solução de problemáticas ligadas à “questão social”, de forma ampla, e na melhoria da situação de exclusão da maioria das crianças e dos adolescentes brasileiros, especificamente.